

Capítulo I

Introdução

1 – O levantamento dos dados

A pesquisa em que se apóia este trabalho se iniciou em 1962. A coleta de dados realizada junto aos índios craôs se fez em cinco etapas: a primeira, de setembro de 1962 a janeiro de 1963; a segunda, de setembro de 1963 a janeiro de 1964; a terceira, de dezembro de 1964 a janeiro de 1965; a quarta, de janeiro a março de 1967; e, finalmente, a quinta, em julho e agosto de 1967. Somadas todas essas etapas chegamos a um total correspondente a um ano de pesquisa de campo.

Embora a pesquisa de campo tenha sido realizada em tempo bastante para recolher dados suficientes, em quantidade e qualidade, para analisar e interpretar o sistema social craô, nossos resultados teriam sido mais ricos, não fossem duas limitações. Em primeiro lugar, nossa presença nas aldeias craôs coincidiu várias vezes com a estação chuvosa, sendo que apenas uma etapa, a última delas, ocorreu em plena estação seca. Apesar disso, conseguimos compensar em parte esse desequilíbrio através da descrição, pelos informantes, das atividades indígenas durante os meses em que não estivemos presente nas aldeias.

Em segundo lugar, nosso conhecimento da língua craô nunca foi além de umas poucas frases curtas e um longo vocabulário constituído de nomes. Mas essa limitação foi compensada pelo fato de todos os indivíduos craôs do sexo masculino e de idade superior a uns 15 anos saberem falar correntemente o português; umas poucas mulheres também conhecem essa língua. Além de nossa pouca habilidade para aprender línguas, a facilidade com que os craôs se expressam no português dos sertanejos talvez tenha contribuído para que não nos esforçássemos tanto em compreender a língua indígena. Assim, nunca pudemos captar de modo pleno cenas que ocorriam em nossa presença no interior das casas ou tudo aquilo que se discutia no pátio da aldeia.

Em nossa pesquisa de campo tivemos a oportunidade de passar algum tempo em cada uma das cinco aldeias craôs que viviam segundo as tradições indígenas, bem como de entrar em contacto com índios e mestiços descendentes de índios que se esforçavam por viver segundo os costumes sertanejos. A maior parte dos períodos de campo, entretanto, dedicamos à mais populosa daquelas cinco aldeias, que distava cerca de seis quilômetros do Posto indígena. Portanto, nossas informações se mostram mais ricas no que tange aos habitantes desta aldeia, a qual denominamos neste trabalho de aldeia do Posto.

Consideramos todos os habitantes das aldeias como nossos informantes. De vez em quando tínhamos disponível por horas inteiras em alguns dias seguidos algum índio que, por estar adoentado, ou machucado, ou mesmo tomando conta de um enfermo, não ia trabalhar. Um poucas vezes chegamos a pagar por uns poucos dias algum informante para ficar à nossa disposição. Passamos a conhecer quais os que sabiam mais os ritos, os mais precisos em matéria de genealogia, os menos reservados quanto aos mexericos da aldeia, aqueles que se envergonhavam menos de dar informações sobre os costumes indígenas mais reprovados pelos sertanejos.

Cada vez que retornávamos às aldeias craôs levávamos uma lista de questões sobre problemas levantados pelo material colhido nas etapas anteriores. Não obstante, a redação final da monografia nos levou a certas reflexões que nos fizeram ver a existência de sérias lacunas nos dados recolhidos, impedindo-nos de obter respostas para determinados problemas, sobretudo referentes a símbolos dos ritos. Temos a intenção, portanto, de ainda uma vez visitar o território dos craôs com o objetivo de esclarecer algumas questões. Essas lacunas, entretanto, de nenhum modo são tantas e tão importantes a ponto de impedir nosso conhecimento do sistema craô nos seus aspectos essenciais. Nossa interpretação não se apóia nos dados pouco seguros e, sempre que a pobreza de dados nos impede de levarmos a análise de algum elemento mais adiante, indicamos de maneira explícita os obstáculos que impedem a continuação de nosso caminho.

Além dos dados colhidos diretamente por nós, aproveitamos também aqueles fornecidos pelos poucos artigos sobre os craôs, sendo a maior parte de autoria de Harald Schultz. Quanto às notícias que temos sobre esse grupo tribal através de viajantes que com eles tiveram contacto no século passado, elas pouco nos dizem sobre seu sistema social, embora estejam cheias de dados valiosos no que se refere a contacto interétnico. Por isso, não é possível fazer um estudo da evolução do sistema pela comparação de seu estado em dois pontos bem distantes quanto ao tempo: um, no momento em que entram em contacto com os civilizados, no início da segunda década do século XIX; outro, no momento de nossa própria pesquisa. Temos de nos contentar com o segundo momento, apenas.

2 – Interpretação

A análise dos dados recolhidos se processou com o objetivo de permitir uma reconstituição do sistema social craô tão próxima do real quanto possível e ao mesmo tempo inteligível para o observador. Em outras palavras, a análise foi realizada com a intenção final de tornar manifesta a estrutura social através da construção de um modelo, tal como sugere Lévi-Strauss (Lévi-Strauss, 1956, pp. 305-306).

Dada a grande complexidade do sistema social craô, parece impossível construir um modelo simples que a ele corresponda e muito menos algum que seja passível de representação gráfica. Por isso, depois de realizada a análise do sistema social craô, tentamos reconstituir o todo sob a forma de uma lista de princípios. Nisso nos inspiramos num estudo apresentado por Leach sobre a terminologia de parentesco Jinghpaw (Leach, 1963, pp. 28-53), derivando-a de uns poucos princípios estruturais. Entretanto, nosso procedimento não é exatamente o mesmo. Leach está interessado em explicar uma terminologia de parentesco, enquanto nós pretendemos correlacionar os elementos importantes para o funcionamento de uma sociedade. Além disso, Leach parte do modelo; nós fazemos o leitor acompanhar a análise que permitirá isolar os elementos constituintes do modelo a ser apresentado no final do trabalho.

A lista de princípios que apresentamos como modelo da sociedade craô constitui uma tentativa que reflexões futuras poderão deixar bastante alterada. Tomamos o cuidado de os dispor numa certa ordem, de tal modo que qualquer princípio que se fundamente em outro não preceda a esse outro. Quando dizemos que um princípio se fundamenta em outro, isso não significa que aquele pode ser deduzido deste, que o primeiro se ache integralmente incluído no segundo; queremos dizer apenas que um é condição do outro. Caso cada princípio pudesse ser deduzido de algum outro que o precede na lista, então o modelo se reduziria ao primeiro princípio enunciado. Mas não

é isso que ocorre; cada princípio enuncia algo que não está contido nos demais. Na ordenação dos princípios procuramos, na medida do possível, fazer preceder os de caráter mais concreto àqueles de caráter mais abstrato, mais referentes a símbolos rituais. Desse modo tentamos evitar que o modelo tomasse um aspecto idealista.

Por conseguinte, a alteração de um desses princípios representará, para o sistema social total, uma modificação cuja profundidade e extensão dependerá da importância do princípio alterado: será grande se nele se fundamentarem muitos outros princípios; será de menor porte se ele servir de base a poucos ou a nenhum outro.

Em nossa análise das relações sociais que caracterizam o sistema *craô* utilizamos largamente do conceito de identificação, tal como o entende Bateson (Bateson, 1965, pp. 35-36), que o empregou para analisar um aspecto do rito Naven, dos Iatmul. A identificação constitui uma técnica que Bateson atribui a Radcliffe-Brown. Trata-se de uma identificação relativa, não absoluta. Segundo esta técnica, podemos dizer que dois elementos se identificam, sejam eles categorias de parentesco, grupos rituais, personagens míticos, ou quaisquer outros, quando apresentam em comum um grande número de detalhes de comportamento culturalmente padronizado. Neste trabalho o leitor pode perceber claramente todas as vezes em que fazemos uso desta técnica, embora não o alertemos sempre que a utilizamos.

Talvez o uso da técnica da identificação nos tenha permitido uma maior penetração nas relações de caráter ritual, o que se reflete de modo evidente na construção do modelo. Desse modo, ele parece tender para aquilo que Bateson chamou de estrutura cultural, ou seja, o que ele entende como “um termo coletivo para o esquema ‘lógico’ coerente que pode ser construído pelo cientista, reunindo as várias premissas da cultura” (Bateson, 1965, p. 25). Esta definição se apóia no conceito de premissa, isto é, “uma declaração generalizada de uma afirmativa ou implicação particular reconhecível em um certo número de detalhes do comportamento cultural” (idem, p. 24). De fato, os princípios que enunciamos na conclusão contribuem para ordenar, num sistema coerente, símbolos que, embora na maioria estejam na consciência dos membros da sociedade *craô*, não são conscientes no que diz respeito a suas interrelações.

Entretanto, o modelo que apresentamos não pode ser totalmente confundido com a estrutura cultural de Bateson, pois os princípios que enunciamos em primeiro lugar constituem o fundamento sobre o qual essa estrutura cultural está construída. Em outras palavras, não fazemos, como Bateson (idem, pp. 25-26), uma distinção entre estrutura cultural, como um conjunto de detalhes de comportamento, e estrutura social, como ordenação dos indivíduos em grupos, mas reunimos as duas dentro de um mesmo modelo, e o chamamos de estrutura social.

Ao examinar as conclusões, o leitor por certo observará que os resultados ficam muito aquém de nossas pretensões. De fato, teoricamente, um modelo deve explicar todos os fatos observados. Na prática, entretanto, o modelo pode ser mais ou menos preciso, pode ser mais ou menos detalhado, pode ser mais ou ser menos próximo da realidade. E o nosso modelo peca por omissão: certos elementos do sistema social *craô* não são por ele ordenados por falta de dados suficientes e, por outro lado, não esgota completamente os resultados de nossa análise.

Mas existirá algum critério que permita afirmar que determinado modelo seja perfeito e completo, em que todos os elementos e todas as relações entre eles que constituam a estrutura social sejam previstas? Parece que isso é um ideal do qual se

possa aproximar mas nunca alcançar. Digamos que o modelo seria considerado como tendo alcançado o máximo de proximidade com a realidade quando satisfizesse o conceito de estrutura social de Raymond Firth, para quem “A essência deste conceito são aquelas relações sociais que parecem ser de importância crítica para o comportamento dos membros da sociedade, de tal modo que, se tais relações não operassem, a sociedade não poderia ser considerada como existente sob essa forma” (Firth, 1963, p. 31). Mas essa definição de estrutura social também é simplesmente aproximativa, pois depende do que se venha a entender por forma de uma sociedade. Se entendermos por forma a maneira como existe uma sociedade, nunca chegaremos a defini-la a não ser contrapondo-a a outra sociedade.

Aqui então entramos num outro problema. É que o estudo de uma sociedade estranha àquela em que vivemos não se justifica por si mesmo. Só é válido na medida em que contribui para entender os fenômenos que ocorrem nas demais sociedades, inclusive a nossa. Por isso, o refinamento do modelo da sociedade *craô* não pode constituir o fim último de nossa pesquisa. Ele somente tem sentido como um instrumento que torne mais fácil comparar o caso particular dos *craôs* com outros casos, permitindo conhecer o grau de generalização que se pode atribuir às relações entre certos fenômenos sociais que ocorrem dentro da sociedade *craô*. Por isso, o refinamento do modelo só terá sentido na medida em que seja exigido e, portanto, estimulado, pela comparação com os de outras sociedades.

Ora, no caso *craô* não falta o necessário estímulo, uma vez que vem se processando um estudo comparativo das sociedades indígenas do Brasil Central do tronco lingüístico Macro-Jê sob a orientação do Prof. David Maybury-Lewis e com a participação daqueles etnólogos que realizaram pesquisas vinculadas ao “Harvard-Central Brazil Research Project”. O desenvolvimento desse estudo comparativo exigirá um refinamento cada vez maior do modelo *craô*, fazendo com que outros princípios estruturais sejam explicitados e que aqueles já enunciados sejam clarificados ou desdobrados ou mesmo dispostos numa outra ordem.

O estudo comparativo promovido pelo “Harvard-Central Brazil Research Project” se refere a grupos tribais que se mantêm relativamente próximos espacialmente: xavante, xerente crincati, *craô*, apinajé, caiapó, bororo. Todos fazem parte do mesmo tronco lingüístico, o macro-jê, e, se excluirmos os bororos, todos os demais se incluem na família jê. Além disso, esses grupos apresentam um grande número de elementos culturais em comum. O estudo comparativo em Antropologia parece sofrer uma séria dificuldade: quanto mais relações se evidenciam, entre as instituições de uma mesma sociedade, mais difícil se torna isolá-las para compará-las a instituições da mesma categoria em sociedades diferentes. Mas a comparação entre sociedades culturalmente muito próximas, tal como no estudo a que nos estamos referindo, elimina tais dificuldades, uma vez que faz se defrontarem instituições isoladas de contextos bastante semelhantes. Quando o estudo comparativo se faz entre sociedades assim selecionadas, para as quais se pode mesmo postular uma origem comum com base numa classificação lingüística de tipo genético, diferenças que passariam despercebidas num confronto entre sistemas sociais muito distantes, tanto espacial quanto culturalmente, se acentuam, o que promove um trabalho de refinamento e de maior aproximação da realidade para com os modelos construídos como equivalentes às suas estruturas sociais.

Portanto, o modelo que apresentamos na conclusão deste trabalho, ainda que bastante grosseiro, tenderá a se aproximar cada vez mais da realidade e a considerar um número maior de elementos isolados por nossa análise, à medida que se desenvolver o

estudo que o confronto com modelos de outras sociedades do tronco macro-jê e à medida que se desenvolvam novas pesquisas de campo que, por certo, tal estudo comparativo estimulará.

3 – Apresentação

Nossa monografia se inicia com algumas informações sobre as modificações mais importantes sofridas pela cultura craô a partir do estabelecimento do contacto com os brancos, nos começos do século passado. Apesar de já termos escrito um trabalho sobre as relações dos craôs com os civilizados (Melatti, 1967), não estávamos então preocupados em descrever as modificações sofridas pela cultura craô, a não ser enquanto servissem de meio para se compreender a "fricção interétnica", ou seja, a situação contraditória de antagonismo e dependência mútua entre índios e sertanejos. Agora, entretanto, nosso objetivo é outro. A descrição das modificações culturais tem por objetivo mostrar ao leitor o que é e o que não é tradicional na sociedade craô. Tais modificações justificam também a pobreza de nosso trabalho no que diz respeito aos grupos e categorias assentados em distinção de idade. Convém advertir que, nessa monografia, fazemos a análise do sistema social craô tal como se apresenta na atualidade e não como poderia ser no momento em que os índios entraram em contacto com os civilizados.

A partir do capítulo IV, o trabalho se acha dividido de maneira mais ou menos arbitrária em sistema de parentesco (capítulos IV, V e VI), sistema político (capítulos VIII e IX) e sistema ritual (capítulos X, XI e XII). Não podemos dizer que o capítulo III descreva o sistema econômico, uma vez que ali quase que somente indicamos as técnicas com que os craôs se utilizam dos recursos que o meio lhes oferece para subsistir. O sistema econômico se acha confundido em grande parte com o sistema de parentesco e talvez um pouco com o sistema ritual. Sem dúvida falta a análise do sistema mitológico, mas evitamos fazê-la porque, devido a sua natureza, dobraria o tamanho da presente monografia. Preferimos fazer referência aos mitos apenas quando podiam esclarecer algo a respeito dos outros sistemas, sobretudo o ritual. Ficaremos devendo uma análise dos mitos craôs a ser realizada posteriormente.

A distinção de um sistema político do sistema de parentesco, embora seja puramente analítica, é facilitada pelo fato dos grupamentos políticos não se confundirem com os grupos de parentesco. Do mesmo modo a distinção de um sistema ritual se torna possível porque os grupos rituais não se confundem com os políticos e nem com os de parentesco. Há porém certos problemas que concernem a mais de um sistema, tais como as distinções de sexo e de idade, que interessam ao sistema de parentesco, ao político e ao ritual. A posição do capítulo referente a tais problemas, colocado de modo a preceder os referentes ao sistema político e ao sistema ritual, justifica-se pelo fato de conter o exame de elementos necessários sobretudo à compreensão desses sistemas.

Naturalmente esses sistemas não são estanques. Servem apenas para organizar a descrição. Por isso não procuramos dar-lhes maior destaque, dividindo explicitamente a monografia em partes, cada uma dedicada a um sistema. Cada um transborda de algum modo sobre os demais. Assim, por exemplo, só podemos compreender plenamente certos aspectos da terminologia e do comportamento de parentesco craô depois de abordar o sistema ritual; também certos papéis sociais de interesse político estão intimamente ligados ao sistema ritual.

No final do trabalho, em apêndice, apresentamos as relações genealógicas dentro de cada grupo doméstico craô e as conexões genealógicas entre eles, a fim de que o

leitor possa testar algumas das afirmações que fazemos a respeito dos grupos de parentesco. Além disso a apresentação dessas conexões genealógicas visa contribuir para facilitar o trabalho de futuros pesquisadores que escolham as aldeias craôs como campo de trabalho. Um segundo apêndice apresenta, a título de ilustração, alguns casos de transmissão de nomes pessoais craôs, indicando metades e outros grupos a que estão associados e a sua tradução. [Esses apêndices foram suprimidos desta edição em PDF].